

# O campo precisa de educação

BENEDITO DOMINGOS

08 AGO 1993

O País, para o reencontro com o desenvolvimento, precisa combater de maneira clara e transparente os mecanismos indutores de uma política hiperinflacionária, para adequar o Governo à realidade em que vivemos, procurando, desta forma, combater a inflação, a fome e a miséria, para gerar empregos e despertar a esperança e a confiança do povo brasileiro.

Para isso é necessário interiorizar os atendimentos governamentais, municipalizando muitas atividades necessárias de responsabilidade governamental, por exemplo, saúde e educação. A interiorização deve começar pelo atendimento ao estudante na área rural.

Como é sabido, nos municípios brasileiros detentores de vasta região rural, o ensino básico só é ministrado em caráter precaríssimo, principalmente nos estados menos desenvolvidos, geralmente por professores leigos, cujo nível de ensino atinge no máximo a 4ª série de 1º grau.

Este fato é um dos responsáveis pelo êxodo rural e inchaço dos centros urbanos, pois os pais transferem suas residências para dar continuidade aos estudos dos filhos, e acaba ampliando o bolsão de miséria nas favelas.

O Governo Federal vem desenvolv-

vendo nos centros urbanos os Caics, com grandes dispêndios de recursos na construção dos prédios e dando a oportunidade a uma parcela muito pequena de estudantes, em tempo integral.

Nada tem sido feito, entretanto, para o homem do campo, a fim de minimizar os seus sofrimentos.

Minha proposta é para se implantar nas zonas rurais, principalmente nos municípios de maior extensão territorial, o Cier — Centro Integrado de Ensino Rural, com construções modestas, não tão suntuosas quanto os Caics, e edificado em sítios de 20 a 100 ha, para desempenho de atividades agrícolas. O corpo docente pode ser constituído por estudantes recém-formados e devedores do crédito educativo, resolvendo a deficiência de professores nessas regiões. O Cier pode funcionar 75 dias a cada semestre, em tempo integral, com semi-internato para os alunos residentes mais próximos; e internato para os residentes mais distantes. O calendário escolar seria flexível, de acordo com a vocação natural da região, de maneira a não coincidir com o período de plantio e de colheita.

Nesses centros, além das matérias curriculares normais, os alunos aprenderiam o manuseio racional dos imple-

mentos e equipamentos agrícolas, a dosagem dos defensivos e dos fertilizantes, a avaliação da acidez do solo, bem como aprenderiam também a atividade inerente à veterinária, principalmente as ligadas às doenças próprias da pecuária, da avicultura e da suinicultura.

Também funcionariam nesse mesmo complexo centros de saúde e serviços odontológicos para atendimento não só aos alunos mas aos seus familiares.

Adotada essa medida, permite-se que os alunos da zona rural possam concluir pelo menos o 1º grau e desempenhar as atividades do campo com mais conhecimento e prática no manuseio dos equipamentos modernos da agricultura.

A proposta, implantada, fará, sem dúvida, uma revolução nos conceitos do ensino rural. A meta principal é a melhoria de condições de vida do campeiro, dando-lhe maiores condições para se manter no seu habitat natural, erradicando o terrível êxodo rural, que tantos problemas sociais têm causado ao País.

■ *Benedito Domingos é deputado federal pelo PP/DF*

JORNAL DE BRASÍLIA